

JANO ÀS PORTAS DO MILÉNIO. O Sujeito na Construção Social do Cidadão*

por

Henrique Gomes de Araújo**

Resumo: Neste texto propõe-se uma reflexão sobre o estatuto do cidadão no contexto de um mundo em acelerada mudança e expõe-se a necessidade de o Sujeito enfrentar o *double bind* da globalização e da privatização.

Palavras-chave: globalização; comunicação; instrumentalidade; memória; Sujeito; Outro.

INTRODUÇÃO

Quando há dois anos (1998) proferi nestas Jornadas uma palestra intitulada “É Possível Mudar a Vida?”, manifestava-me então atento ao sofrimento que para milhões de seres humanos advém do carácter paradoxal da comunicação em contextos de mudança e fornecia informação nos domínios da lógica matemática, da teoria dos sistemas e da teoria da comunicação que permitisse a sua utilização pelo indivíduo no seu projecto de ser Sujeito da sua própria existência.

Ora, sendo certo que, por princípio, a liberdade de opção (política, económica), é a regra em sociedades abertas, o estudo de situações de *double bind* em que tal liberdade está restringida, é também revelador das limitações a que aquelas sociedades se encontram sujeitas.

Temos assim que o tema da comunicação paradoxal é uma via de acesso à compreensão fenomenológica do sofrimento humano e, ao mesmo tempo, uma via de acesso à análise das limitações dos estados democráticos e das economias de mercado das sociedades abertas.

* Este texto retoma uma conferência proferida nas IV Jornadas de Filosofia realizadas em Março de 2000 na Escola Secundária de Rodrigues de Freitas (Porto).

** Antropólogo.

Hoje, dois anos depois, num mundo cada vez mais globalizado, os duplos constrangimentos a que então me referia ganharam novos contornos, tendo nós, cada vez mais, a percepção de estarmos a viver num *Runeway World*¹.

Perante tal cenário, imperioso é convocar a divindade, no caso vertente na forma de Jano, para que nos possa servir de guardião biface na nossa passagem deste século e deste milénio. Com a protecção desta “mão de Deus” – como gostava de dizer Antero –, torna-se possível definir os dois objectivos desta conferência: o primeiro é o de propôr uma reflexão sobre o estatuto do cidadão no contexto de um mundo em acelerada mudança e o segundo é o de expôr a necessidade de o Sujeito enfrentar o *double bind* da globalização e da privatização. Mas para atingir estes dois objectivos é necessário, antes de mais, traçar a problemática teórica em questão.

1. O Dilema

Para contextualizar a discussão, escolhi uma obra de 1998 (1997) de Alain Touraine *Iguais e Diferentes. Poderemos Viver Juntos?*.

Touraine começa por definir globalização como um movimento pelo qual os bens de consumo, os meios de comunicação, de tecnologia ou de fluxos financeiros são ou ficam desligados de uma organização social particular (Touraine, 1998: 14).

O poder destes elementos globalizados encontra-se corporizado nas estratégias das grandes organizações financeiras, técnicas e mediáticas cuja finalidade não é criar uma ordem social, mas acelerar a mudança, o movimento, a circulação de capitais, dos bens, dos serviços, das informações.

A ordem tradicionalmente garantida pelas instituições é substituída agora pela mudança induzida por estas estratégias. Para Touraine o tempo da ordem está a terminar; começa o da mudança, como categoria central da experiência pessoal e da organização social. A actual sociedade globalizada é, assim, uma “sociedade de risco”².

A globalização é então um movimento que ignora a diversidade das culturas e cria uma ruptura entre a economia e a cultura, entre a técnica e os valores, entre o mundo instrumental e o mundo simbólico, entre o mundo da objectividade e o da subjectividade. É esta dissociação entre instrumentalidade e identidade que

¹ Cfr. Giddens, ob. cit., p. 11. Seria interessante confrontar esta ideia com a de “desconcerto do mundo” dos cancioneiros medievais e dos poetas renascentistas portugueses (v. gr. Camões).

² Cfr. Giddens, ob. cit., p. 32. Julgo que esta noção de risco possa e deva ser cruzada com a de “espírito capitalista” (Weber) e a de “mercado a longa distância” (Braudel). Cfr. Araújo, Henrique Gomes de (1998), ob. cit., p.s 75, 144.

está no centro da nossa experiência pessoal e colectiva e nos faz a todos, na opinião de A. Touraine, pós-modernos³.

Esta dissociação tem duas consequências graves: a primeira, a nível individual, traduz-se na dificuldade em manter a coesão da personalidade, a unidade do eu, a coerência do conjunto dos papéis sociais, fragmentando-se a experiência pessoal num caleidoscópico de respostas esparças aos estímulos sociais e propiciando assim a pertença de cada indivíduo a vários continentes e a vários séculos: cada um de nós é daqui e de todo o lado, ou seja, de parte nenhuma (Touraine, 1998: 16, 18); a segunda, a nível colectivo, caracteriza-se por um movimento inverso de privatização, de regresso defensivo da sociedade (a *Gesellschaft* dos alemães) à comunidade (a *Gemeinschaft*), em torno de uma identidade global, de uma autoridade carismática religiosa, cultural, étnica ou política (Touraine, 1998: 14, 16).

Concentremo-nos agora nesta segunda consequência e tomemos consciência como este duplo movimento de globalização e de privatização enfraquece a democracia representativa na medida em que os eleitos estão voltados para o mercado mundial e em que os eleitores estão virados para a sua vida privada e enfraquece, igualmente, a cidadania na medida em que uma parte de nós mesmos olha para a cultura mundial e em que a outra concentra-se na cultura privada (Touraine, 1998: 18, 19).

Estamos assim perante um dilema. Ou participamos de um mundo racionalizado e instrumental, limitando-nos a respeitar as regras do jogo e a assegurar a coexistência pacífica dos interesses, das opiniões e das crenças, mas renunciando, ao mesmo tempo, à comunicação entre nós ou, pelo contrário, acreditamos que temos valores em comum, morais e/ou políticos, que permitem a comunicação entre nós, mas rejeitando aqueles que não partilham esses valores.

Doutro modo: ou nos incluímos todos numa sociedade global, comunicando apenas de modo impessoal por sinais técnicos, ou só comunicamos no interior das nossas comunidades, mais ou menos fechadas sobre si próprias, excluindo os que a ela não pertencem. Ou inclusão sem comunicação ou comunicação com exclusão (Touraine, 1998: 17).

Este dilema retira força substantiva à democracia representativa e ao cidadão que cada um de nós é: face a ele somos compelidos a optar, quando, na realidade, não podemos optar. Duplamente constrangidos, vacilamos e cindimo-nos dolorosamente na tensão disjuntiva de duas forças centrífugas, aparentemente inconciliáveis.

³ Cfr. Touraine, ob. cit., p.s 14, 18, e 20. Julgo poder ser útil discutir este conceito em confronto com o de *homo oeconomicus* tal como o expus em Araújo, Henrique Gomes de (1997), ob. cit., p. 17.

2. O Sujeito e a Sociedade Multicultural

Sem saída aparente, tornamo-nos supostamente vítimas de uma natureza humana e de um mundo que não procuramos e rendemo-nos assim à condição de condenados a esta forma actual de sofrer.

A obra de Touraine, aqui em apreço, representa, nesta perspectiva uma metacomunicação que procura uma resposta ao dilema enunciado. Na verdade, para ele o único *topos* onde se pode efectuar a aliança entre instrumentalidade e memória, entre técnica e simbólica, é o projecto de vida pessoal, capaz de resistir à dissensão interior e dar coerência e força à personalidade nos seus múltiplos confrontos com actividades técnicas e económicas, de modo a que as variadas séries de situações vividas constituam uma história de vida individual e não um conjunto incoerente de acontecimentos (Touraine, 1998: 29).

Ora é a este esforço do indivíduo em se tornar actor do seu próprio projecto de existência que Alain Touraine chama Sujeito.

Quem tem ouvido e entendido muitas histórias de vida, sabe que em cada uma delas as estruturas sociais que lhe são contemporâneas, destruturam-se e reestruturam-se nas estruturas psicológicas dos indivíduos em causa (Ferraroti, 1990: 50).

Quer isso dizer que no que é mais especificamente individual – o anímico –, é possível encontrar nele as marcas do social e do cultural. A dor inenarrável daquela mãe argelina que acabou de saber do assassinato dos seus oito filhos por fundamentalistas islâmicos e cuja fotografia, premiada pela World Press Photo em 1997, correu mundo, condensa medularmente todo um contexto cultural de relações sociais que estruturam actualmente o mundo islâmico.

Esta matança, que significa a brutal anulação do Outro, arranca do fundo de nós mesmos a exigência da compreensão e da aceitação do Outro como estruturantes do nosso projecto de nos querermos Sujeitos da nossa própria existência. Só posso ser Sujeito do meu projecto de vida, se nele incluir o respeito pelo Outro como ser único, diferente e irrepitível que também trabalha, à sua maneira, na combinação de uma memória cultural com um projecto instrumental. Isto define uma sociedade multicultural (Touraine, 1998: 30).

3. O Cidadão e o Sujeito

Este modo de Touraine ver o cidadão, dividido entre o global e o privado, merece a minha concordância, pois também observo que o exercício da cidadania está hoje desdobrado em papéis díspares que vão dos níveis autárquico ao mundial, passando pelo nacional.

Bem diferente era a prática política na *polis* de Péricles, circunscrita como estava aos próprios limites do território do estado grego. Aqui o controlo dos mecanismos de representatividade dos eleitos pelos eleitores era sem dúvida mais directo e a crise que nesta matéria atravessam muitas das comunidades políticas actuais é um facto por todos reconhecido.

Mas não posso deixar de relativizar a tese de Touraine quando, para a nossa história recente, constato o caso de Timor e a mobilização geral dos portugueses que nos primeiros quinze dias de Setembro último, souberam articular os vários patamares do exercício da sua cidadania com a acção amplificadora dos meios de comunicação social (TSF, CNN, etc.) e, pela sua intervenção nos fora internacionais, nomeadamente na Organização das Nações Unidas, conseguiram reconduzir a comunidade internacional no cumprimento do direito internacional.

Na verdade, a cidadania exerceu-se aqui de um modo pujante e articuladamente complexo nas várias sedes de direito, sendo difícil, assim aqui concordar com Touraine quando este considera a cidadania e a democracia representativa em processo de desvitalização.

Como explicar tal mobilização e sobretudo a eficácia de tal mobilização, até mesmo na medida em que à partida a conjuntura que a comunidade internacional então vivia, não lhe era propícia? A questão subsiste.

A minha hipótese teórica é a de a cidadania poder, em certos contextos, ganhar força simbólica e substantiva sempre que os indivíduos nela implicados consigam combinar cultura e economia, identidade e instrumentalidade, valores e técnica, em suma, sempre que a máscara do Cidadão, em representação no teatro da política, esteja por trás investida da dinâmica do Sujeito.

Não foi isso que encontramos no caso de Timor? Não nos advinha então o *pathos* individual e colectivo de sentirmos que a identidade nossa com os mauberes, construída através da língua e da história, se casava com a instrumentalidade jurídica das resoluções da Organização das Nações Unidas que legitimavam o direito à autodeterminação de Timor Loro Sae?

Aonde havia aqui lugar para uma política do Sujeito alternativa da cidadania, à maneira de Touraine? Não deveremos pois pensar antes no investimento do Cidadão pelo Sujeito, vendo naquele a representação política deste? Esta é a minha hipótese teórica.

4. Conclusão

Esta hipótese teria a grande vantagem, a ser verdadeira, de a política do Sujeito poder constituir uma saída para o *double bind* que o dilema da sociedade pós-moderna representa para a actual crise correlativa dos sistemas políticos.

A simples racionalidade instrumental não é condição suficiente para a vitalidade dos sistemas políticos. Antes tem que ser recontextualizada com a força simbólica da memória para que os seres humanos não vejam a sua condição reduzida a de meros indivíduos, dilacerados por dilemas que os constroem e ultrapassam, mas possam ganhar a dimensão de actores dos seus projectos de vida individuais e colectivos.

Na verdade – e tal como procurei evidenciar na minha primeira conferência –, também aqui a análise dos sistemas mostra que a resolução dos problemas que neles se produzem, nunca se pode encontrar dentro deles próprios, mas sim fora deles. Dentro, só a mudança 1 acontece, sem que os sistemas se modifiquem: tudo muda, para tudo ficar na mesma. Assim nos ensina a teoria dos grupos. Mas quando os sistemas são abertos e podem interagir com um “ponto fixo” exterior a eles, então a mudança 2, sistémica, acontece paradoxal, bizarra e inesperada (Watzlawick *et al.*, 1975: 103). Assim nos explica a teoria dos tipos lógicos.

É neste sentido que dizemos que a política do Sujeito, exterior à lógica dos sistemas de representação política, pode trazer a resolução dos seus problemas. Mas não se espere uma política planeada, previsível, arregimentada segundo códigos bem definidos e estereotipados. A condição do Sujeito individual e colectivo está profundamente marcada, nesta passagem de século e de milénio, pela incerteza, pelo risco e pelo paradoxo que a sociedade actual comporta.

E nós ficamos mais aptos a compreender melhor o ressurgimento actual das religiões...

Porto, 21 de Março de 2000

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, HENRIQUE GOMES DE (1997) – “Descartes e a Modernidade. Razão, Emoção e Afecto”, in *Trabalhos de Antropologia e de Etnologia*, XXXVII, 1-2, 15.
- ARAÚJO, HENRIQUE GOMES DE (1998) – *Ética, Economia e Educação. Ensaio sobre o Vinho do Porto*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- BRAUDEL, FERNAND (1986) (1989) – *A Dinâmica do Capitalismo*, Lisboa: Teorema.
- FERRAROTTI, FRANCO (1981) (1990) – *Histoire et Histoires de Vie*, Paris: Meridiens.
- GIDDENS, ANTHONY (1999) (2000) – *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa: Editorial Presença.
- TOURAINÉ, ALAIN (1997) (1998) – *Iguais e Diferentes. Poderemos Viver Juntos?* Lisboa: Instituto Piaget.
- WATZLAWICK *et al.* (1975) – *Changements, Paradoxes et Psychotherapie*, Paris: Éditions du Seuil.
- WEBER, MAX (1904-5) (1985) – *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, London: Counterpoint (pref. A. Giddens).